

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

REQUERIMENTO Nº de 2016

(Da Sra. Deputada Federal Laura Carneiro)

Requer a realização de audiência pública conjunta com a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, para debater a ocorrência da sífilis congênita no Brasil.

Senhora Presidente:

Requeiro, com fundamento no art. 255 do Regimento Interno, a realização de Reunião de Audiência Pública conjunta com a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, para debater a ocorrência da sífilis congênita no Brasil. Para participar dos debates, sugerimos a participação de:

- Dra. Adele Benzaken - Diretora do Departamento de Vigilância, Prevenção e Controle das DST, AIDS e Hepatites Virais/SVS/MS;
- representante da Sociedade Brasileira de Pediatria;
- representante da Federação Brasileira de Associações de Ginecologia e Obstetrícia;
- representante do Conselho Federal de Enfermagem;

JUSTIFICAÇÃO

A sífilis é uma doença de transmissão sexual de fácil contágio, como também de fácil diagnóstico e tratamento. Faz parte da rotina do acompanhamento pré-natal o teste sorológico no primeiro e terceiro

trimestre e a administração de penicilina à gestante infectada. Apesar de existirem instrumentos acessíveis para prevenção, identificação e terapêutica, há indícios de diagnósticos tardios, de crescimento de incidência da sífilis congênita ao lado de aumento significativo da doença na população nos últimos dez anos, mesmo em outros países. Um dos fatores que contribui para o aumento é o baixo índice de uso de preservativos. No entanto, a notificação e a investigação precisam ser estimuladas.

Durante a gravidez, a sífilis materna acarreta a transmissão do *Treponema pallidum* para o feto. Isso pode levar a 40% das gestações de bebês infectados terminarem em aborto, óbito espontâneo ou natimortalidade. De acordo com o Boletim Epidemiológico do Ministério da Saúde, “nos últimos dez anos, no Brasil, a taxa de mortalidade infantil por sífilis passou de 2,2 por 100.000 nascidos vivos em 2004 para 5,5 em 2013”.

Além disso, a criança pode apresentar lesões neurológicas, ósseas, faciais, surdez, cegueira, deficiência mental. Recentemente, causou comoção o vínculo de microcefalia com infecções maternas pelo vírus zika. No entanto, a sífilis congênita é responsável por um número muito maior de casos de microcefalia, que merecem a mesma atenção e os mesmos cuidados. Outro grande percentual de recém-nascidos contaminados pode levar até dois anos para apresentar sintomas sugestivos.

A eliminação da sífilis congênita constitui prioridade global para a Organização Mundial da Saúde como também para as autoridades sanitárias nacionais. Assim, cabe à nossa Comissão participar do debate e identificar formas de colaborar para alcançar esse objetivo. Dessa maneira, pedimos o apoio para aprovação desse Requerimento.

Sala das Sessões, em de de 2016.

**Deputada Federal Laura Carneiro
(PMDB-RJ)**